

DIÁRIO DO GOVERNO

A correspondência oficial da capital e das provincias, *franca de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondências, por linha 60

Número avulso, cada folha de quatro páginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1903, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*.

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.

Declaração de ter sido retirada de concurso a escola primária de Forno do Telheiro.

Despachos e declarações acerca de despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

Portaria de 7 de Abril, aclarando uma disposição do regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Portarias de 4 de Abril, mandando que a comissão encarregada de remodelar o Código Commercial sejam agregados dois bacharéis, e a comissão incumbida da reforma dos serviços médico-legais seja agregado o director do Posto Antropométrico do Porto.

Relação de juizes ausentes com licença em Março.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Relações de títulos de renda vitalícia.

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.

Boletim Oficial da Direcção Geral das Alfândegas n.º 12, referido a 31 de Dezembro de 1912.

Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Arrematações (Folha n.º 42, apensa ao *Diário* de hoje):

Lista n.º 1:826-B.—No dia 7 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Portalegre.—Bens da Fazenda Nacional, situados nos concelhos de Elvas, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre.

Lista n.º 1:827-B.—No dia 7 de Maio, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Vila Real.—Bens da Fazenda Nacional, situados nos concelhos de Chaves e Alijo.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Despachos pela Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, sobre movimento de pessoal.

Relação de cidadãos portugueses falecidos em diferentes países estrangeiros.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Edito para concessão do diploma ao descobridor duma mina de carvão situada no concelho de Gondomar.

Estatutos da Associação Serpente de Socorros Mútuos, aprovados por alvará de 2 de Dezembro de 1911.

Despachos aprovando estatutos de associações de classe e de socorros mútuos.

Relação de marcas industriais a que foi concedido o registo em Berna.

Relações de registos de recompensas efectuados em Dezembro de 1912 e Fevereiro e Março de 1913, de marcas tornadas extensivas ao ultramar em Fevereiro e Março, e de marcas transferidas e de nomes efectuados e recusados em Março.

Balancete das receitas e despesas dos serviços florestais e aquícolas em Novembro de 1912.

Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Aviso acerca da adjudicação do aforamento de vários terrenos situados nas ilhas do arquipélago de Bijagoz.

Boletim Militar das Colónias n.º 3, referido a 14 de Fevereiro.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projectos de lei:

- Sobre concessão da amnistia para os crimes políticos.
- Sobre levantamento da interdição de residência imposta a bispos e padres por ofensas à lei da separação das igrejas do Estado.
- Autorizando a Câmara Municipal de Ponte de Sor a alienar certo terreno para a construção duma escola.

Senado da República Portuguesa, projecto de lei autorizando a demolição da igreja de S. Bento na cidade de Coimbra.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdão n.º 14:283.

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que hão-de ser julgados na sessão de 11 de Abril.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, aviso para remoção de ossadas nos diferentes cemitérios.

Junta do Crédito Público, editos para averbamento de títulos.

Governo Civil de Lisboa, nota da classificação dos hotéis de Lisboa.

Administração do concelho de Melgaço, edital acerca da gerência do recebedor do concelho de Julho de 1908 a Julho de 1910.

Administração do concelho de Monção, editais acerca da gerência da Junta de Paroquia de Lúcio de 1893 a 1909 e da Confaria do Santissi o de Troviscoso de 1889-1890 a 1906-1907.

Penitenciária de Lisboa, editos para levantamento dum espólio.

Alfândega de Lisboa, edital acerca do extravio do pertence de trinta e cinco sacos com café.

Arsenal da Marinha, anúncio para arrematação do serviço de remoção de entulho.

Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 114 — Cotação dos fundos públicos nas Bólsas de Lisboa e Porto, em 5 de Abril.

N.º 115 — Relações de cidadãos portugueses falecidos em países estrangeiros.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Instrução Primária

3.ª Repartição

Por despacho de 7 do corrente mês:

Fernando Alfredo Palyart Pinto Ferreira, professor primário da escola n.º 61 da cidade e circulo escolar de Lisboa — licença de noventa dias sem vencimento.

Declara-se retirada do concurso, aberto pelo *Diário do Governo* n.º 81, de hoje, a escola para o sexo masculino de Forno do Telheiro, concelho de Celorico da Beira, em virtude de haver sido anulado o despacho de transferência do professor desta escola.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 8 de Abril de 1913.—O Director Geral, interino, *João de Barros*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

3.ª Repartição

Por despacho de 7 do corrente:

Artur Ricardo Jorge, segundo assistente provisório do 2.º grupo da 3.ª secção da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa — licença de noventa dias, sem vencimento, por motivo de doença, podendo gozá-la no estrangeiro.

José Pais Abrantes, continuo do Liceu de Camões, em Lisboa — licença de três meses, sem vencimento.

Para os devidos efeitos se declara que as nomeações de Mariana de Oliveira e de Henriqueta Costa, empregadas menores do Liceu de Maria Pia, de Lisboa, feitas por decretos de 8 de Março último, e publicadas no *Diário do Governo* n.º 72, foram, por conveniência urgente de serviço público, nos termos das leis de 30 de Junho de 1893 e 9 de Setembro de 1908. (Artigo 46.º, n.º 1.º).

Por despacho de 7 do corrente:

José Maria Tavares Portugal, professor de gymnástica do Liceu de Passos Manuel, em Lisboa — licença de trinta dias, sem vencimento.

Tornando-se conveniente aclarar o disposto no § 2.º do artigo 25.º do regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa, aprovado pelo decreto de 29 de Janeiro de 1903; e

Atendendo ao que representou o Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, com parecer favorável do director da Biblioteca:

Manda o Governo da República Portuguesa que o citado § 2.º do artigo 25.º do regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa seja redigido pela forma seguinte:

§ 2.º O empregado que sair antes da hora regulamentar lançará no livro do ponto a nota das horas a que saiu e regressou, ficando ao porteiro a obrigação de preencher esta formalidade sempre que o funcionário a não cumpria.

Paços do Governo da República, em 7 de Abril de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, em 8 de Abril de 1913.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados nas datas seguintes

Abril 3

António Sérgio Trigueiros — nomeado official de diligências do juizo de direito do Torres Vedras.

Abril 5

Bacharel Armando Cunha — exonerado do lugar de subdelegado do Procurador da República em Baião.

António Emílio da Costa, escrivão do juizo de direito em Ponte do Lima, João Pereira Ramos Paz, escrivão do juizo de direito em Viana do Castelo — transferidos, reciprocamente, como requereram.

Nomeados juizes de paz e substitutos, dos distritos das comarcas abaixo designadas, os seguintes individuos:

Comarca de Vouzela

Vouzela

Juiz, António José de Sousa.
Substituto, Augusto Ferreira de Almeida e Castro.

Fataunços

Juiz, João Rodrigues Serrano Pereira da Costa.
Substituto, António Marques Cardoso Mendes.

Cambra

Juiz, José Rodrigues Pereira.
Substituto, João Rodrigues de Almeida.

Alcofra

Juiz, Abel Henriques.
Substituto, Vergílio Baptista Simões Cândido.

Comarca da Figueira da Foz

Maiorca

Juiz, Fernando Antunes de Moraes.

Comarca de Montemor-o-Novo

Mora

Juiz, Manuel Félix Neves da Rocha.

Comarca de Lisboa

Ajuda

Substituto, José António Jorge Pinto.

Exonerado o escrivão do juizo de paz de Meda, comarca do mesmo nome, e nomeado para este lugar, Eduardo António Pêgo.

Exonerado o escrivão do juizo de paz de Semide, comarca de Lousã.

Abril 8

Bacharel Ernesto da Fonseca — aprovado para ajudante do conservador do registo predial da 2.ª secção da 2.ª conservatória do Porto.

Bacharel José António Ornelas da Gama Regalão — aprovado para ajudante do conservador do registo predial em Coimbra.

Bacharel Alexandre Pereira de Sá Sotomaior — aprovado para ajudante do conservador do registo predial na Póvoa de Lanhoso.

Bacharel Domingos Martins Romão, ajudante de notário em Idanha-a-Nova — autorizado, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Elísio Lopes Neto, ajudante de notário em Viseu — autorizado a tomar posse do seu lugar fora do prazo legal.

Augusto Carlos Afonso Marques — exonerado, como requeru, de ajudante de notário em Estarreja.

Jaime Julião Nifo Redondo — exonerado de ajudante do escrivão notário substituto de Trancoso.

Licenças de que tem de ser pagos os emolumentos que forem devidos:

Bacharel José Baptista de Almeida Pereira Zagalo, juiz de direito em Oliveira de Azeméis — trinta dias.

Bacharel José de Sousa Horta Sarmento Osório, delegado do procurador da República em Arraiolos — trinta dias, por motivo de doença.

Bacharel Adriano Marcolino de Almeida Pires, delegado do procurador da República em Santarém — autorizado a gozar, fora do país, dez dias de licença anterior.

2.ª Repartição

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que a comissão encarregada de elaborar um projecto de remodelação do Código Commercial, na parte relativa às sociedades anónimas, sejam agregados os bacharéis, Isidro Aranha e Adriano Gomes Pimenta.

Paços do Governo da República, em 4 de Abril de 1913.—O Ministro da Justiça, *Alvaro de Castro*.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que a comissão encarregada de estudar e propor a reforma dos serviços médico-legais, de investigação criminal, identificação e estudo dos criminosos, seja agregado o médico Luis de Freitas Viegas, professor da Escola Médica do Porto e director do posto antropométrico da mesma cidade.

Paços do Governo da República, em 4 de Abril de 1913.—O Ministro da Justiça, *Alvaro de Castro*.

Direcção Geral da Justiça, em 8 de Abril de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.